

A FORMAÇÃO SINDICAL, UMA DAS VÁRIAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO DE CLASSE DOS TRABALHADORES

Silvia Maria Manfredi *

A

o falar da educação dos trabalhadores estamos nos referindo a um processo contínuo e permanente de formação que os trabalhadores se proporcionam como classe, daquela educação que se dá nas práticas sociais do cotidiano: no trabalho, na família, na escola, através da participação em organizações (partidos sindicatos, associações de bairro) e, através de sua participação em movimentos de caráter mais coletivo - greves, campanhas salariais, campanhas políticas, movimentos reivindicatórios, etc... São os próprios trabalhadores, através de suas histórias de vida, que reafirmam como e quando se dá essa educação. Foi isto que nos relatou Salvador Pires, trabalhador metalúrgico de origem rural:

"Eu cheguei em São Paulo com quinze anos de idade, tinha um primeiro ano primário muito



Foto: Arquivo Cem

malfeito... Toda a informação que eu tinha da grande cidade jamais podia se aproximar, nem de longe, daquilo que foi a realidade. Tivemos que enfrentar tudo isso, mas como? Foi através do contato com os companheiros que já viviam aqui em São Paulo, há mais tempo. Esse ensinamento

se dava desde o momento de te contar como era o interior de uma fábrica, de te prevenir que você ia trabalhar numa máquina que não conhecia, que era capaz de fabricar não sei quantas peças num dia... Eu, por exemplo, sou torneiro mecânico e a minha vida profissional aprendi através dessa transmissão de conhecimentos, com os companheiros; aprendi a profissão nas máquinas. Sei que hoje não é mais assim: ainda existe espontaneidade de transmitir conhecimentos, mas os patrões não permitem mais que se coloque o maquinário na mão de aprendiz...

Foi também na fábrica, que eu senti mais de perto o que era uma greve. Se não me engano foi na campanha salarial de 1960..."¹

São muitos os aspectos comuns próprios dessa socialização e aprendizagem que se dão no dia-a-dia de qualquer trabalhador, cujas evidências poderíamos recolher através da história de vida de milhares, talvez milhões de migrantes que como Salvador Pires chegaram a São Paulo, provenientes das mais variadas regiões desse país, expulsos de suas terras e que aqui iniciam uma outra vida como trabalhadores urbanos.

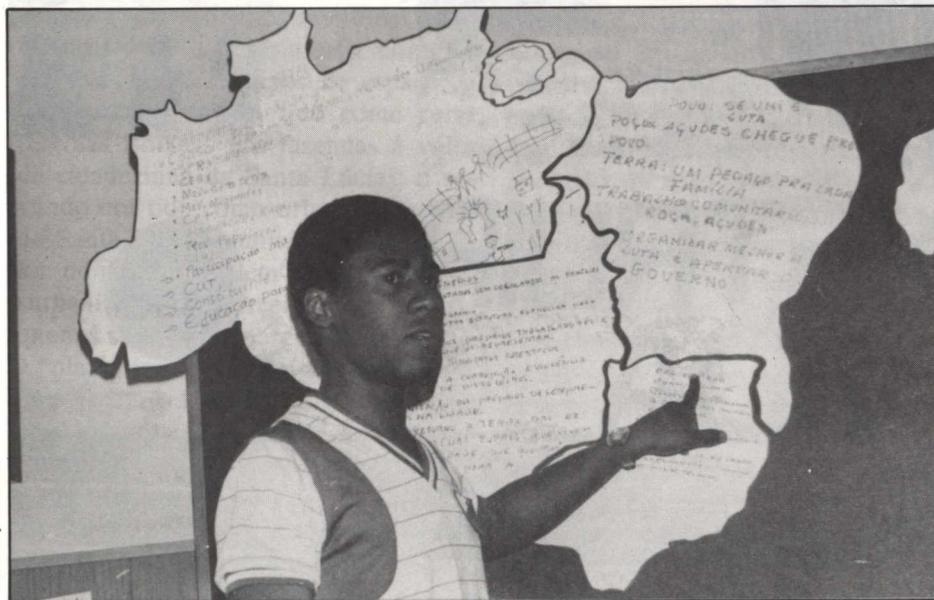


Foto: Arquivo Cem

A DIFÍCIL PASSAGEM - DE CAMPONÊS PARA TRABALHADOR URBANO

Tornar-se um trabalhador metalúrgico, químico, da construção civil, constitui um processo de ressocialização e aculturação na maioria das vezes difícil, penoso, mas que também envolve vivências e momentos de intensa solidariedade entre pares, ao nível do cotidiano envolvendo um processo rico de educação/reeducação.

O ato de aprender a ser trabalhador também passa pela escola, mas esta se torna um recurso a que muitos recorrem para adquirir as condições básicas para competir no mercado de trabalho.

Se o processo de transformar-se de camponês ou trabalhador rural em trabalhador urbano é extremamente complexo e penoso, o que não dizer daquele em que se conquista uma identidade como trabalhador coletivo (seja ele rural ou urbano). Estamos aqui nos referindo aos processos em que os trabalhadores conquistam uma nova identidade social e política, à medida que se organizam e lutam coletivamente para defender seus direitos, interesses e vontades².

Segundo pesquisas realizadas nas duas últimas décadas, por cientistas sociais,³ o processo de construção dessa identidade se dá através de pequenas

lutas, que se forjam no local de trabalho, nos bairros e se convertem em movimentos mais amplos e abrangentes: greves por fábricas, por categorias, movimentos e lutas pela moradia, transporte, educação, saúde, etc.

É na teia da constituição dessas pequenas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador (como sujeito coletivo). Essa aprendizagem que se dá no cotidiano e nos momentos de embates envolve ensinamentos adquiridos na vivência, como também está perpassada por um conjunto de práticas e experiências educativas que compreendem uma reflexão e teorização mais sistemática. A tais práticas que ocorrem dentro do movimento operário sindical é que chamamos de educação ou formação sindical.

MAS AFINAL DE CONTAS O QUE É EDUCAÇÃO (OU FORMAÇÃO) SINDICAL?

Denominamos de educação sindical aquelas práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo - os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc., promovidos por entidades de classes e/ou organizações culturais criadas para tais fins. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas que visam a formação político-ideológica dos trabalhadores e que se destinam a grandes públicos - telecurso, a imprensa sindical, programas de rádio, etc.

Os programas e atividades de educação sindical visam:

- garantir a apropriação de códigos sócio-culturais importantes para resistir, organizar, lutar, etc.,
- permitir a acumulação de conhecimentos históricos, tanto no âmbito



societário, como aqueles específicos da classe;

c) desenvolver atividades e habilidades tais como: orientar, dirigir e organizar debates, reuniões; sistematizar e expressar opiniões; analisar e criticar dados e informações;

d) propiciar a organização e a troca de informações e experiências entre os próprios trabalhadores;

e) obtenção e reorganização dos conhecimentos teórico-práticos necessários para fazer avançar as formas de luta e organização dos trabalhadores;

f) transformar os espaços educativos em espaços de renovação da militância e da formação dos intelectuais orgânicos da classe; de democratização e questionamento das práticas e propostas dos dirigentes e militantes sindicais;

g) enquanto espaços de debate, impulsionar a discussão de visões e posições político-ideológicas diferentes existentes no interior das entidades sindicais e do próprio movimento.

Parafrazeando Antonio Gramsci - "É preciso formar os jovens operários para pensar, estudar, dirigir e controlar quem dirige".

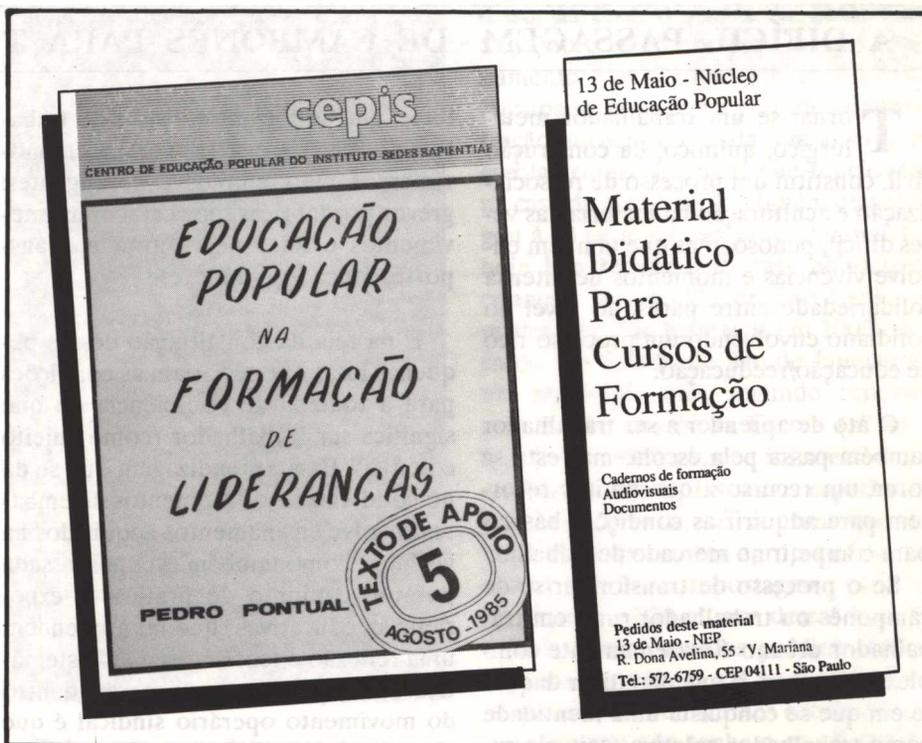


A DESCOBERTA RECENTE DA EDUCAÇÃO SINDICAL

Para concluir, gostaríamos de ressaltar que embora seja objeto recente de estudo, enquanto prática, a educação sindical faz parte da própria história do movimento operário - sindical brasileiro.

Já no início do século, mais especificamente a partir de 1906 - 1920, predominavam no movimento sindical brasileiro as propostas educativas dos grupos libertários.

O projeto de educação dos libertários (principalmente dos anarco-sindicalistas) combinava a educação para a ação sindical (ou seja, formação político-sindical - através da imprensa operária, dos congressos, dos centros de estudos), com a educação escolar destinada a crianças (escolas modernas) e adultos (universidade popular), num projeto global, classista, autônomo e independente do Estado. Além disso, tais práticas educativas articulam-se com outras práticas culturais massivas e populares (teatro, música, festivais de poesia, piqueniques, etc...) que eram promovidas pelos libertários nos bairros aonde os operários residiam.



Já entre os comunistas a tônica foi outra. Na medida em que o Partido Comunista Brasileiro foi se consolidando como entidade partidária (a partir de 1922), por influência da vitória da revolução russa em 1917, no que diz respeito às questões educacionais, este partido passou a definir duas linhas de atuação: uma, no âmbito da sociedade como um todo, atuando em defesa da escola pública e na defesa de políticas educacionais que lhe dessem suporte; outra, voltada para a formação política de seus quadros, procurando formar novos militantes através de cursos e periódicos. A necessidade de formar seus próprios quadros fez com que esta corrente relegasse para segundo plano projetos educativos mais abrangentes voltados para a educação sindical de base. Neste sentido, tanto durante o período de resistência (entre 1935 a 1954), quanto no período em que tiveram a hegemonia no movimento (de 1958 até 1964), os comunistas faziam a formação de seus militantes sindicais ao nível de iniciativas organizadas e desenvolvidas nos partidos (PCB, PC do B). Esses cursos, segundo seus próprios ex-militantes, eram desvinculados das necessidades e da vitalidade do movimento sindical de cada período. Assim afirma um ex-dirigente comunista:

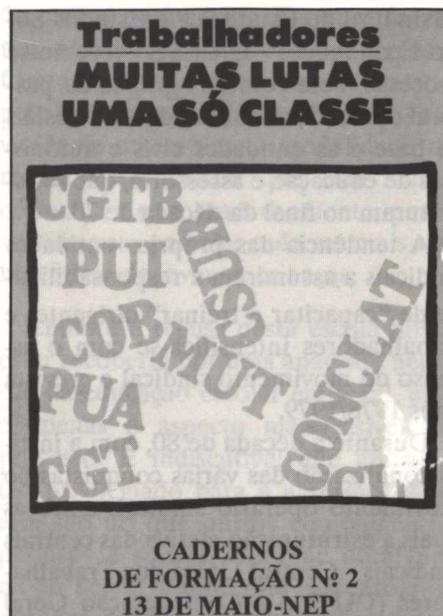
*"os cursos partidários não tinham nada a ver com os cursos que nós fazíamos como militantes do Partido. Éramos, nós, trabalhistas, getulistas que fazíamos isso, claro que os comunistas tinham um maior peso porque tinham mais informação e formação. Então, nesse sentido, o valor do curso partidário era imenso, pois dava formação política, assim militante comunista acabava pela competência e formação tendo hegemonia. Contudo, o trabalho sindical era feito por um conjunto. Os cursos sindicais eram feitos por pessoas que não pertenciam só ao PCB, eram feitos por trabalhistas, getulistas, e, em determinados momentos, a partir de 60, até por católicos"*⁴

Devido à inexistência de uma política de formação sindical por parte dos dirigentes que formavam o bloco dos nacionalistas, as iniciativas de educação sindical ficavam na dependência de cada sindicato em particular. Contudo, no período pré-64, constatamos a existência de duas características da educação sindical: primeiro, a existência em um grande número de sindicatos, mesmo naqueles dirigidos por comunistas, de atividades educativas programadas e desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho (cursos de C.L.T., Previdência Social, Acidentes de Trabalho). E, em segundo lugar, o predomínio de um tipo de atividade educativa autônoma - os Congressos Sindicais. Tais congressos (de categorias ou intercategorias) eram centrados em pautas de discussão voltadas para as reivindicações trabalhistas e

sindicais da classe trabalhadora, principalmente no período 1961/1964.

No que se refere às correntes não hegemônicas, convém ainda destacar o papel que a Igreja Católica teve no que diz respeito à educação sindical. Esta instituição, historicamente, sempre se fez presente no movimento, atuando inicialmente numa perspectiva mais conservadora, através dos Círculos Operários, cuja origem data de 1932. Tal movimento educativo articula-se em oposição à Federação Operária, de orientação comunista, e ganha maior espaço institucional durante o governo de Vargas, durante o Estado Novo. Atuando à margem dos sindicatos oficiais e centrando suas atividades educativas no campo assistencial e de evangelização, os Círculos sempre se constituíram como um movimento de oposição às tendências de esquerda, pregando a harmonização entre o capital e o trabalho. O movimento fica enfraquecido com a morte de Vargas, mas no período pré-64 contará com o apoio de entidades patronais conservadoras, que financiaram e apoiaram tecnicamente a formação da escola sindical de líderes - a ELO - no Estado de Minas Gerais. Algumas dessas escolas existem até nossos dias. Muitos dos líderes sindicais, que vieram a ocupar os sindicatos sob intervenção após o golpe civil-militar de 1964, tiveram sua capacitação realizada nos Círculos Operários.

A vertente mais progressista da Igreja



ja organiza-se em fins da década de 40 e início de 50, através dos seguintes movimentos: Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Universitária (JUC) entre outros. Esses movimentos ganham vulto a ampliam o seu campo de atuação na área de educação sindical, no período anterior a 1964. Entre eles convém destacar a JOC que teve maior influência no interior do movimento operário - sindical entre 1961/1964, tendo influenciado nos períodos posteriores de resistência, durante o golpe, as experiências celulares de educação realizadas através das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral Operária, na década de 70.

A experiência educacional da JOC revela-se importante não só pela sua abrangência nacional, mas por ter desenvolvido uma pedagogia popular mais voltada para o trabalhador comum. Nos locais de trabalho ou de moradia a proposta e as experiências educativas mais expressivas serão propiciadas não só pelos setores pertencentes à ação católica (JAC, JUC, JOC e ACO), mas dos movimentos de educação e cultura popular (dos anos 60) - Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Uniões Estaduais de Estudantes (UEE), o Movimento de Cultura Popular do Recife; Movimento de Educação de Base e dos Centros de Estudos e Cultura Operária (no Estado do Rio de Janeiro); o Pro-

grama Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire. Tais iniciativas voltadas para a criação de uma "pedagogia popular" e a articulação entre arte, cultura e política, foram a expressão de segmentos dos "setores médios" da sociedade brasileira - estudantes, intelectuais, artistas - que em nome de seu próprio processo de engajamento político, faziam "da educação e da arte popular" veículos para estimular a politização e a participação das classes populares (tanto do setor rural como urbano).

Até 1964, convém ainda lembrar a presença de entidades externas ao movimento que desenvolviam atividades de educação no seu interior: entidades patronais (SESI, SENAI); governamentais (Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, etc); educacionais (Universidades e Institutos - sendo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB - o mais mencionado) e entidades sindicais internacionais americanas. O Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e American Federation of Labor - Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) financiam a criação do Instituto Cultural do Trabalho em 1963.

No período que vai de 1964 a 1974, desarticulam-se muitas das agências acima mencionadas, por força da intensa repressão que recaiu sobre o movimento operário-sindical e os demais se-





tores da sociedade civil. Neste período algumas entidades sindicais intensificam a prestação de serviços educativos através de cursos de 1º e 2º graus regulares e supletivos e cursos pré-vocacionais.

Contudo, será a partir de 1975, durante o período de resistência, que algumas entidades sindicais começam a desenvolver atividades voltadas para as necessidades do próprio movimento - cursos intensivos, seminários, congressos e palestras com o objetivo de treinar militantes e ativistas sindicais, reciclar dirigentes e reativar a reorganização dos trabalhadores. Cabe aqui ressaltar o papel que o Departamento In-



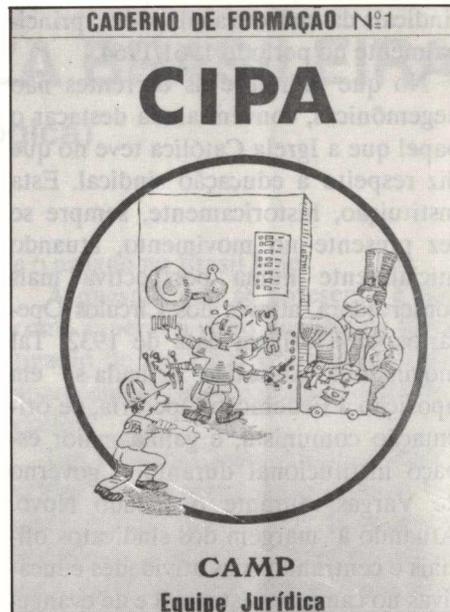
tersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE - teve nesse processo, bem como os grupos da pastoral operária, as comunidades eclesiais de base e as entidades civis e autônomas de educação e assessoria, que se estruturaram no final da década de 70.

A tendência das próprias entidades sindicais a assumirem a responsabilidade de "capacitar e treinar" dirigentes e trabalhadores intensifica-se com o ascenso do movimento sindical e grevista após 1978/1979.

Durante a década de 80, com a institucionalização das várias conquistas do movimento operário sindical, entre as quais a estruturação efetiva das centrais sindicais - Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a educação sindical passa por um processo de redefinição e pela necessidade de estabelecer uma política nacional de formação. A primeira a tentar defini-la foi a CUT, que em março de 1986 realizou o I Encontro Nacional de Secretaria de Formação. Hoje a Central já possui suas estruturas formativas e uma política nacional de formação. A CGT chegou a realizar algumas experiências significativas em alguns de seus sindicatos filiados - o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e no campo, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG).

A recém-criada central - Força Sindical - março de 1991, também procurará, sem dúvida alguma, elaborar uma política de formação sindical, já que esta preocupação consta de seus estatutos.

Enfim, apesar de todos os percalços, dificuldades e avanços, a educação no movimento sindical brasileiro ganha espaço e importância, tendendo a se



constituir num dos instrumentos de democratização e dinamização do próprio movimento.

* Sílvia Maria Manfredi é professora da Faculdade de Educação e do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Instituto de Economia da UNICAMP.

NOTAS

1. Entrevista realizada com Salvador Pires e publicada na revista - *Que história é essa?* - Escola viva - GEP/URPLAN, nº 02, fevereiro de 1985, pp. 6-17.
2. Há uma vasta bibliografia que trata desse tema. Mencionarei aqui apenas dois livros importantes que podem remeter a outras leituras de aprofundamento: Martins, José de Souza - *Caminhada no Chão da Noite* - São Paulo, Editora Hucitec, 1989 e Sader, Eder - *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.
3. Entrevista cedida à autora por Hércules Correa - 1989.

BIBLIOGRAFIA

GUIRALDELLI, Jr., Paulo - *Educação e Movimento Operário*, São Paulo, Editora Autores Associados e Cortez, 1987.

MANFREDI, Sílvia Maria - *Educação Sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo, Edições Loyola, 1986.

MANFREDI, Sílvia Maria - *Recuperação histórica das concepções e experiências de*

educação no movimento operário-sindical brasileiro. Edição mimeografada, 1989.

Revista Proposta - *Formação Sindical em Debate* - Rio de Janeiro, FASE, nº 30, julho de 1986.

Revista *Que história é essa? Escola viva*. GEP/URPLAN - PUC/SP, nº 02, fevereiro de 1985.